



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA
12 DE FEVEREIRO DE 2021 - Nº 03/2021 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, nesta Vila de Alpiarça, por videoconferência, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a participação dos Senhores Vereadores João Pedro Costa Arraiolos, Casimira Pereira Alves, Sónia Sanfona e António Moreira. Secretariou a reunião Carla Sofia Gonçalves Martins Borba, Dirigente da Unidade Orgânica de Administração Geral, Apoio Jurídico e Recursos Humanos, da Câmara Municipal de Alpiarça. -----

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do n.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte: -----

Ponto 01 – Ata para apreciação e votação.-----

Proposta de Ata n.º 01/2021 - Reunião realizada no dia 20/01/2021.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Ponto 02 – Proposta -Pedido de Libertação de Garantia Bancária.-----

Requerente: João Manuel Castelão Fontes Cruz Ferreira-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Ponto 03 – Proposta – Pedido de certidão de Compropriedade – Ratificação do Despacho do Presidente da Câmara de 18 de Dezembro de 2020.-----

Requerentes: Isabel Clara Eugénia Sampaio e Melo Beirão Mascarenhas e outros-----

Município de Alpiarça-----

Para Ratificação:-----





Ponto 04 – Proposta – Aprovação da Conta Final da Empreitada de “Reabilitação e Adaptação do Mercado Municipal”.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Ponto 05 – Proposta de Adenda ao Protocolo de Cooperação entre o Município de Alpiarça e a Freguesia de Alpiarça.-----

Município de Alpiarça-----

Para Ratificação:-----

Ponto 06 – Proposta – Aceitação de Donativos em Géneros – Ratificação do Despacho do Vereador João Pedro Arraiolos de 18/01/2021.-----

Município de Alpiarça-----

Para Ratificação:-----

Ponto 07 – Proposta de Reativação das Medidas de Apoio Implementadas no Contexto da Pandemia da COVID-19 – Ratificação do Voto favorável do Presidente da Câmara Municipal na reunião da Comissão de Parceria do dia 9 de Fevereiro de 2021.-----

Águas do Ribatejo-----

Município de Alpiarça-----

Para Ratificação:-----

Ponto 08 – Proposta de Isenção do Pagamento de Rendas.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----





ABERTURA DA REUNIÃO -----

---A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram dezassete horas e sete minutos, que cumprimentou todos os presentes e deu conhecimento de seguida do resumo diário de tesouraria, referente ao dia onze de fevereiro de dois mil e vinte e um, com um total de disponibilidades de 590.284,02 Euros (quinhentos e noventa mil, duzentos e oitenta e quatro euros e dois cêntimos).-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal deu o ponto de situação da Covid 19 no Concelho de Alpiarça, nomeadamente os dados reportados a 11 de Fevereiro, dizendo que se registavam um total de 24 casos ativos, 204 pessoas recuperadas e 6 óbitos, num total acumulado desde Março de 2020 de 234 casos confirmados. Explicou que tinha havido um decréscimo relativo, tendo em conta os valores referidos na anterior reunião da Câmara Municipal e a subida que se tinha verificado no início do ano, embora Alpiarça continuasse a ser o Concelho da região com menos casos ativos. De seguida deu a informação que a 12 de Fevereiro se tinha iniciado o processo de revisão da Carta Educativa e da Carta dos Equipamentos Sociais no Concelho de Alpiarça e que tinham sido realizadas duas reuniões com a empresa que estava a prestar assessoria técnica à CIMLT e a cada um dos Municípios. Frisou que a Carta Educativa estava em vigor desde 2015, ano em que tinha sido feita a última revisão e a Carta Social tinha sido aprovada em 2010 pelo que, no âmbito da CIMLT, se tinha entendido proceder à revisão daqueles instrumentos de planeamento tendo em conta a necessidade dos mesmos estarem aprovados, para permitir posicionar os Municípios no novo quadro de programação de fundos estruturais 2021/2027, bem como noutros instrumentos de financiamento que pudessem surgir, inclusive o plano de recuperação e resiliência. Disse que para fazer face a verbas que pudessem surgir da reprogramação que se ia fazer, relativa ao Portugal 20/20, iam ser envolvidas as várias entidades numa conversa mais abrangente, nomeadamente o Agrupamento de Escolas, a Fundação José Relvas, a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alpiarça, e eventualmente uma ou outra instituição, que pudesse participar naquele processo, com o envolvimento do Conselho Municipal





de Educação, da Ação Social e da Câmara Municipal e Assembleia Municipal. Informou que se tinha iniciado naquela semana a empreitada de requalificação da Escola Básica e Jardim de Infância do Frade de Baixo e estava para breve o início da empreitada de requalificação da Escola Básica do 1.º Ciclo e Jardim de Infância de Alpiarça, dizendo também que os processos iam decorrer num prazo relativamente curto e esperava-se que até ao final do ano letivo pudessem ficar concluídos aqueles trabalhos. Em relação à Escola EB 2/3 e Secundária José Relvas, referiu que o procedimento estava terminado, em fase de assinatura de contrato, mas como tinha havido uma reclamação duma das empresas concorrentes, os serviços estavam a preparar a resposta, para depois fecharem o procedimento.-----

--- Interveio o senhor Vereador João Arraiolos para falar sobre a empreitada da Escola Básica de Alpiarça, informando que o procedimento estava terminado, faltando a assinatura do contrato e explicou que no processo da segunda fase do Mercado Municipal tinha sido apresentado o relatório preliminar e os concorrentes já se tinham manifestado, estando prestes a ser apresentado o relatório final. Em relação aos balneários do Estádio Municipal, disse que faltava a publicação do procedimento, para o mesmo poder avançar e quanto à substituição da relva, informou que o procedimento já estava concluído, faltando apenas a adjudicação final e o início da obra, sendo que nos procedimentos de alcatroamento estavam na fase final de preparação dos documentos para se lançarem os concursos. Continuou fazendo uma referência a uma notícia publicada naquela semana, relativamente à qual a senhora Vereadora Sónia Sanfona se tinha pronunciado, no sentido de referir que a situação não era admissível, mas no seu entender o que não era admissível era a própria notícia, que fazia um conjunto de confusões e era totalmente desproporcionada, até no próprio título, quando referia alcatroamento de curta duração, pois o alcatroamento tinha sido executado como sempre, não havendo qualquer tipo de diferença. Disse que na notícia se referia que o piso se encontrava intransitável, e isso é que era uma situação inadmissível, pois a Rua 5 de Outubro nunca tinha estado intransitável. Salientou que estavam a falar de ruas que nalguns casos nem sequer tinham alcatrão, eram de terra batida e que as mesmas totalizavam cinco mil e quinhentos metros quadrados de pavimentação, com anomalias em cerca de vinte metros quadrados, ou seja, estavam a falar duma pavimentação correta em





99,7%, pelo que aquela partilha que tinha sido feita, dizendo que a situação não era admissível, tinha levado a uma série de desconsiderações de pessoas e eleitos com responsabilidades em termos políticos, que tinham feito apreciações totalmente depreciativas, desconsiderando quer os serviços do Município, quer os próprios eleitos. Frisou que tinham dado conta da situação, e imediatamente tinham convocado a empresa para analisar o problema, sendo que a mesma se tinha deslocado ao local no dia 8 de Janeiro e tinha explicado que a rua em causa tinha sido pavimentada ao final dum dia de Novembro e que a temperatura das massas já não era a ideal. Disse que a empresa reconheceu a situação e tinha-se comprometido a repavimentar as três zonas em causa, quando as condições atmosféricas estivessem mais propícias, ou seja, acima dos quinze graus e ainda tinha informado que caso o pavimento continuasse a desagregar-se, iriam repavimentar toda a rua sem qualquer custo para o Município. Referiu que a repavimentação das zonas que não tinham ficado totalmente em condições, representavam apenas 0,3% dum total de trabalhos de pavimentação, pelo que toda a análise e todas as considerações que tinham sido feitas, eram totalmente desproporcionadas em relação a todo o trabalho que tinha sido feito, pelo que no seu entender não era admissível aquela forma de abordagem das situações. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona, dizendo que, de facto, achava que a situação não era admissível e o executivo também tinha achado o mesmo, pois tinha tomado medidas para que a mesma fosse corrigida. Explicou que apenas se tinha limitado a partilhar uma notícia, e que sempre teve a preocupação e o cuidado da sua intervenção pública se pautar por critérios de rigor e de alguma elevação, relativamente às coisas sobre as quais se pronunciava, e como tal não considerava que tivesse atingido a honra ou a consideração de ninguém, nem que tivesse sido deselegante para com ninguém, pois não tinha feito referências a atitudes da própria Câmara Municipal relativamente àquela situação, tendo apenas dito que a mesma não era admissível. Continuou dizendo que achava normal que a empresa tivesse dito que se o pavimento continuasse a mostrar problema o iria repavimentar, pois nem podia ter outra atitude, porque tratava-se dum erro de execução, não era culpa da Câmara Municipal nem dos trabalhadores, mas era um erro técnico e salientou que no Concelho existiam estradas alcatroadas havia muitos anos, e que não tinham aquele tipo de problemas, a não ser algumas delas onde tinham sido criados problemas





que não se conseguiam evitar, e que tinham a ver com a intervenção das Águas do Ribatejo ou das telecomunicações, sendo que a Câmara Municipal tinha a preocupação de procurar que as empresas que faziam as intervenções corrigissem o melhor possível os danos que acabavam por causar na via pública. Disse que entendia que as situações deviam ser levantadas sob pena de passarem despercebidas, como era exemplo a situação do lago do Jardim Municipal, que apesar de todas as chamadas de atenção e do que os serviços aparentemente tinham feito para corrigir o problema, continuava na mesma e frisou que não tinha responsabilidade nenhuma na elaboração da notícia e como tal, se a mesma tinha imprecisões ou incorreções, achava que a Câmara Municipal as devia esclarecer, pois era essa a sua obrigação, mas não podia impedir que existissem notícias menos favoráveis ou mais desagradáveis. Questionou, ainda, se a Câmara Municipal já tinha feito a entrega de alguns computadores, a título de empréstimo, à semelhança do que tinha sido feito na primeira fase das aulas online e se tais computadores também faziam parte do lote adquirido por via da CIMLT, ou se eram computadores adquiridos na expectativa que o Município fosse reembolsado, quando o Governo cumprisse a obrigação de os fornecer, questionando ainda se havia alunos com dificuldades em aceder às aulas online. Referiu que tinha propostas para apresentar, em conjunto com o senhor Vereador António Moreira, na sequência das que tinham apresentado na anterior reunião, que tinham a ver com a organização de combate à pandemia, e questionou se já havia algum contacto com a Câmara Municipal, se havia alguns desenvolvimentos relativamente à criação de condições para o início do processo de vacinação no Concelho, designadamente, para a segunda fase dos idosos (maiores de 80 anos) e das pessoas com mais de 50 anos com doenças respiratórias. disse que, tanto quanto sabia, a Unidade de Saúde Local não tinha condições para fazer a vacinação, pois carecia de espaço, de afastamento e dum conjunto de condições que tinham de ser viabilizadas, pelo que lhe parecia que estava a ser prática os Municípios ajudarem na realização do processo de vacinação dum forma mais massiva, disponibilizando um espaço mais amplo para o efeito. Questionou se já havia informação sobre como ia decorrer a vacinação, se ia ser feita concelho a concelho, se ia haver um centro de vacinação no Concelho de Alpiarça ou vários centros disseminados pelo Distrito onde, por exemplo, se incluíssem os Alpiarcenses que estivessem nas categorias prioritárias, sendo que uma





das propostas que pretendiam apresentar tinha a ver com a situação da criação duma equipa multidisciplinar, assumindo o senhor Presidente da Câmara Municipal essa função ou alguns dos Vereadores ou técnicos que acompanhavam a matéria, em conjunto com o Centro de Saúde e com os Bombeiros Municipais, para operacionalizar a vacinação da população. Referiu que tinham outras propostas que gostavam de deixar, ainda naquele âmbito, sendo que uma delas se prendia com a nova instrução do Ministério da Saúde que determinava que se avançasse com a testagem massiva dos contactos das pessoas infetadas, que iam sendo identificadas, e por isso julgava que era oportuno perceber se haviam ou não condições para a aquisição de testes rápidos, de modo a colaborar duma forma mais eficaz com as autoridades de saúde na testagem dos municípios. Deixou ainda para reflexão da Câmara Municipal uma proposta relativamente a uma ajuda extra aos alunos do Concelho, designadamente em algumas disciplinas que eram objeto de exames nacionais e que relevavam para efeitos de candidaturas às Universidades e aos Politécnicos, pois julgava que a Câmara Municipal tinha condições, ainda que através de parcerias com as empresas de telecomunicações, de criar uma plataforma do Município, onde os estudantes se pudessem inscrever online e pudessem aceder a aulas e a explicações relativamente às disciplinas que eram objeto de exames nacionais. Explicitou que tal plataforma a ser criada, podia ser alargada a todos os alunos que quisessem inscrever-se, e partindo do pressuposto que havia muita procura, podiam instituir algum critério que tivesse a ver com as condições económicas ou a falta delas, nesse caso para poder aceder a explicações. Referiu que no Concelho, uma grande parte dos alunos que estavam no 11.º e 12.º anos e que se tinham preparado para fazer exames nacionais, tinham tido explicações, com professores das várias matérias que os ajudaram a preparar-se para esses exames, pelo que propunha que o fizessem duma forma organizada. Acrescentou que julgava que havia condições para contactar os profissionais que estavam habituados a fazer esse trabalho e que através da disponibilização de algum do seu tempo, se inscrevessem como explicadores na plataforma viabilizada pela Câmara Municipal, para permitir ajudar uns e outros a acederem à informação e com aquilo estabelecerem um veículo que julgava que era importante naquela fase mais complicada.-----





--- Apresentou, em seu nome e do senhor Vereador António Moreira um voto de pesar: *“Mário Raimundo Mira da Costa, tinha 68 anos de idade e partiu para a viagem sem regresso. A pandemia que assola o mundo, não permitiu que no passado dia 10 de Fevereiro, nos pudéssemos despedir do Mário Raimundo e pudéssemos, olhando-o no rosto dizer do orgulho de com ele termos convivido, de com ele termos aprendido, de com ele termos valorizado o sabor da amizade. Mário Raimundo dedicou grande parte da sua atividade profissional ao serviço da causa pública, na Câmara Municipal de Alpiarça, onde atingiu o grau máximo da carreira como encarregado geral. Ao longo de muitos anos de atividade, o chefe Mário como carinhosa e respeitosamente era conhecido pelos que com ele trabalhava, desenvolveu relações de companheirismo e amizade, mas também de respeito e admiração pelas suas qualidades profissionais. Estas qualidades foram o espelho da sua ação e em grande parte da sua vida ativa, foram devidamente reconhecidas e valorizadas. Todos os que tiveram a felicidade de conviver pessoal ou profissionalmente com Mário Raimundo terão muitas memórias de um homem dedicado, generoso e amigo. Essas são as recordações gratas do chefe Mário e permanecerão com cada um de nós. Neste momento que é de dor, prestamos à sua mulher, pai, filhos e restante família o nosso pesar mais sentido pela perda tão violenta e injusta do seu ente querido”*.....

--- Foi dada a palavra ao senhor Vereador António Moreira, que começou por referir que queria deixar ali o seu lamento pela morte do senhor Mário Raimundo, dizendo que tinha trabalhado com o mesmo quando era Presidente da Junta e aquele tinha sido bastante colaborante, sempre defensor do Município, pelo que não tinha outras palavras para o definir enquanto profissional, a não ser que era uma pessoa interessada, disponível a qualquer hora da noite que se lhe telefonasse. Continuou, referindo que o senhor Vereador João Arraiolos tinha dito que tinham tido conhecimento da situação na Rua 5 de Outubro a 8 de Janeiro, mas estavam a 12 de Fevereiro e até ali não tinha sido dado conhecimento em nenhuma das reuniões daquela situação e se isso tivesse sucedido, muitas coisas não teriam sido escritas e explicou que tinha o cuidado de tentar dizer as coisas ali nas reuniões, mas a maior parte das vezes as coisas que dizia normalmente passavam ao lado. Falou ainda da questão dos computadores que estavam a ser distribuídos para os carenciados, explicando que tinha sido contactado por duas famílias que se tinham candidatado





duas vezes e em qualquer das vezes não tinham recebido computadores, pelo que questionava se já tinham sido distribuídos todos os computadores e como tinha sido feito o critério para a avaliação das pessoas que precisavam dos computadores. Perguntou o que se passava com a rotunda da Misericórdia e porque é que a mesma não era limpa, tendo ainda referido que não compreendia porque é que, mesmo em tempo de chuva, o lago do Jardim Municipal continuava seco, sendo que no seu entender, deviam reconhecer que o lago tinha problemas e a situação tinha que ser resolvida. Questionou se o Município já tinha ponderado arranjar uma equipa para tapar os buracos que existiam no meio das ruas da Vila de Alpiarça e disse que tinha passado na Ribeira, tendo visto que andavam funcionários do Município a tapar buracos que as Águas do Ribatejo tinham feito, pelo que a sua pergunta ia no sentido de perceber o porquê de ser o Município a fazer isso, já que a empresa em causa não tinha problemas financeiros e podia fazer aqueles trabalhos, pois naquele caso nem sequer havia uma contrapartida para o Município. Referiu-se também às obras na Barragem para dizer que havia pouco tempo se tinha aprovado um regulamento sobre as obras públicas, onde se dizia numa das cláusulas que todas as obras tinham que estar sinalizadas, tinham que indicar o que se estava a fazer e quem é que estava a fazer, o tempo que demoravam as obras, quem era o engenheiro e demais informação, mas naquele caso não estavam lá informações nenhuma, embora deduzisse que eram obras de eletricidade, porque tinha visto os trabalhos a serem encaminhados para a cabine de eletricidade. Continuou dizendo que nalguns sítios onde haviam dois contentores tinha passado a haver só um e isso implicava que o lixo começasse a aparecer junto aos contentores, pelo que pretendia saber quando é que o problema seria resolvido e em relação à Urbanização Casal dos Gagos, disse que tinha sido contactado por dois casais que lhe tinham dado conhecimento que, felizmente, no Casal dos Gagos os prédios que estavam abandonados, estavam a ser recuperados e a ser vendidos, sendo que já lá tinha passado à noite e verificado que os carros dos moradores eram muitos, o que dava origem a estacionamento abusivos, pelo que solicitava que fosse ordenado o estacionamento, considerando o aumento populacional que lá estava a haver. Referiu-se ainda ao estado em que se encontrava o parque infantil do Casal dos Gagos, que não tinha gradeamento à volta e não sabia se a competência era da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal, mas achava que a situação





devia ser resolvida, para evitar abusos das pessoas que iam para lá passear os cães, que andavam em cima das pedras e aparelhos onde os meninos brincavam. Foi ainda sugerido pelo Vereador António Moreira a colocação de alguns equipamentos para as crianças brincarem.-----

--- Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, começando por referir-se ao falecimento do senhor Mário Raimundo Costa, dizendo que o mesmo tinha sido trabalhador do Município durante muitos anos, e que tinha tido responsabilidades ao nível da organização do trabalho, sendo que tinha falecido de forma prematura, pois ainda era relativamente novo, tinha-se reformado havia pouco tempo, e infelizmente não podia gozar da reforma que merecia. Deixou, em seu nome e dos Vereadores da CDU, os pêsames e sentimentos a toda a família e de seguida colocou o Voto de Pesar à votação.-----

--- O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.-----

--- Interveio o senhor Vereador João Arraiolos, começando por informar que a rotunda da Misericórdia iria ser limpa, logo que existissem condições para isso em termos climatéricos, pois não valia a pena andar a lavar um lago enquanto estivesse a chover. Em relação às obras na Barragem, explicou que a Câmara Municipal, juntamente com a EDP, estavam a desenvolver um processo de mudança do fornecimento de energia ao Bar da Barragem, que tinha a ver com passar a iluminação que estava junto às pinheiras, em frente ao Museu para o lado do Museu, porque o fornecimento de energia para aquela zona era feito por um cabo que passava pelos postes e estava junto às pinheiras e na altura em que havia mais vento, havia corte de energia. Explicou ainda que os serviços tinham sugerido a criação dum geodreno naquele local, pois junto ao paredão ficava alguma água das regas e tinha-se aproveitado para colocar um dreno junto ao paredão da Barragem do lado do passeio, para além de terem colocado também mais um negativo, no sentido de poder passar fibra ótica para o Bar da Barragem, para que ficasse também de futuro essa possibilidade. Respondeu às questões dos contentores, frisando que nas últimas semanas tinham havido alguns problemas com incêndios nalguns contentores que tinham ficado inutilizados, mas brevemente iria ser colmatado o problema, pois já estava concluído o procedimento para a aquisição de mais contentores e em relação à questão do estacionamento no Casal dos Gagos, disse que iriam avaliar a forma de condicionar tal estacionamento abusivo, através da colocação de





obstáculos de forma a garantir o acesso de emergência aos locais. Quanto ao alcatroamento das estradas, frisou que tinha sido explícito na sua intervenção, ao dizer que a reunião com o empreiteiro tinha sido feita a 8 de Janeiro, mas o problema tinha sido detetado anteriormente, tendo sido naquele dia que o empreiteiro se tinha deslocado ao local e em relação aos computadores, explicou que apenas podia adiantar que tinham sido cedidos 51 computadores, sendo que 27 faziam parte dos programas que tinham com a CIMLT e 24 tinham sido adquiridos pelo Município. Referiu que se estava a avaliar a situação, mas era preciso não esquecer que tinha havido uma promessa do Governo de que no início do atual ano letivo, cada aluno teria um computador e agora as notícias que chegavam era que uma boa parte desses computadores só iam chegar no segundo período ou antes da Páscoa. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal interveio para reforçar a ideia de que tinha havido um compromisso por parte do Primeiro Ministro, anunciado em Abril de 2020, de que no início do ano letivo, em setembro, haveria um computador para cada aluno e isso não tinha sido cumprido, mas os municípios estavam a procurar, uma vez mais, colmatar as dificuldades daquele processo de ensino à distância, que se traduziam na falta de meios, naquele caso de computadores e de acesso à internet, para bem das famílias, das crianças e jovens. Explicou que o Agrupamento de Escolas José Relvas tinha feito o levantamento das necessidades dos alunos, com a colaboração dos técnicos do Gabinete de Educação e da Ação Social do Município de Alpiarça, e pensava que naquele momento a situação estava estabilizada mas era a escola que definia os critérios, de acordo com algumas orientações que eram emanadas do Ministério da Educação, e que fazia depois a respetiva entrega com a colaboração dos serviços camarários. Relembrou que na altura do primeiro confinamento e ensino à distância, tinha sido feito um protocolo com o Agrupamento de Escolas, através do qual tinham sido cedidos computadores temporariamente e de forma gratuita, sendo que a escola depois tinha feito a gestão de acordo com aqueles critérios, que em grande parte eram definidos pelo Ministério da Educação. Frisou que os computadores não eram da CIMLT, eram da Câmara Municipal, pois tinham sido adquiridos ao abrigo dum projeto em que os Municípios tinham participado e que era financiado pelos Municípios e pelos fundos comunitários. Em relação à vacinação, informou que estavam em contacto com o Centro de Saúde,





com a USF de Alpiarça, através do Gabinete de Planeamento do Serviço Municipal de Proteção Civil, para procurar dar todo o apoio ao processo de vacinação, e até já tinha sido solicitada a colaboração dos municípios, numa reunião realizada entre os Presidentes de Câmara Municipal do Distrito de Santarém e o Comandante Operacional Distrital. Disse que o Centro de Saúde tinha pedido um conjunto de meios, quer em termos materiais, quer também de recursos humanos, sendo que a Câmara Municipal ia disponibilizar funcionários conforme a necessidade, estando já indicada uma trabalhadora do Município, que era uma técnica superior da área da educação e da ação social, para eventualmente proceder aos inquéritos, ao rastreio das situações, dos contactos e da testagem, tendo sido igualmente disponibilizada uma funcionária na área administrativa para o acompanhamento do processo de vacinação, estando a aguardar-se indicações para quando se devia apresentar e ter a devida formação, que era necessária para fazer aquele acompanhamento. Referiu que também tinha sido solicitado um toldo, uma tenda, porque a indicação que tinha era que o processo ia decorrer no Centro de Saúde, e provavelmente teria início na semana do Carnaval. Relembrou que os utentes e os funcionários dos lares de idosos e centros de dia do Concelho, já tinham sido todos vacinados com as duas doses, sendo que Alpiarça tinha sido o primeiro Concelho da região em que se tinha concluído aquele processo. Quanto à questão da testagem massiva, disse que o processo estava a ser iniciado, mas que não tinham muitos dados sobre aquilo que se pretendia, embora já tivessem sido adquiridas umas centenas de testes rápidos, sendo que o senhor Vereador João Arraiolos estava a acompanhar o processo. Em relação à proposta de apoio suplementar aos alunos do Concelho, disse que não tinha sido equacionada tal ideia, pois era um campo que levantava algumas questões, porque para todos os efeitos era à escola pública que se exigia uma resposta adequada às necessidades dos alunos, não propriamente a um sistema paralelo que pudesse ser criado, ou seja, aquilo que se devia exigir em primeiro lugar era que o sistema de ensino conseguisse dar resposta àquelas novas circunstâncias, com as metodologias e os instrumentos que tinha à sua disposição, contudo não fechava a porta à sugestão. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Casimira Alves, para informar que estava a articular com o responsável da Biblioteca Municipal, o senhor Rui Gaspar, a possibilidade de ser criada uma





plataforma, onde os alunos pudessem aceder a vídeos para tirar dúvidas e para ver determinadas matérias, e como tal, estavam a concluir os acordos e à espera da indicação dum valor anual para o efeito, pelo que numa próxima reunião já poderia dar mais algumas informações sobre o projeto.--

--- Pediu a palavra a senhora Vereadora Sónia Sanfona, para referir que sabia que a Câmara Municipal não se podia substituir à escola, nem tinha a obrigação de criar quaisquer condições aos alunos para poderem fazer face aos exames nacionais, e depois à competitividade que existia em termos de classificações e notas para poderem entrar no ensino superior, mas aquilo que julgava que se podia fazer era servir de veículo para uma realidade que existia, ou seja, sabia-se que a esmagadora maioria dos miúdos que estavam no secundário e que iam enfrentar exames nacionais no Concelho, acediam a explicações com professores a título privado e aquela seria uma forma, sem fazer um investimento por aí além, de poder ajudar tais alunos. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que, de facto, existia a ideia de procurar auxiliar na medida daquilo que era possível e de forma enquadrada a vários níveis, dizendo que aquela área em particular, lhe parecia representar uma das maiores insuficiências da escola pública, que era não ser auto-suficiente na relação professor/aluno, disciplina/aluno e necessitar de todo um sistema paralelo de apoio às aprendizagens que não devia de ser necessário, mas que também não se verificava em todas as disciplinas. Referiu que a proposta era pertinente e do ponto de vista tecnológico, muito provavelmente seria exequível, pelo que era uma questão de serem analisados outros elementos da equação e se houvesse condições para isso, poderem por outras vias ver como é que o Município de Alpiarça poderia articular com os agentes no terreno e com os que tinham necessidade daquela oferta.-----

--- Pediu a palavra a senhora Vereadora Sónia Sanfona para questionar, sobre a entrega dos computadores, se eram os alunos que tinham o escalão A e B que os estavam a receber prioritariamente, e onde se deviam dirigir as pessoas não contempladas, para tentar resolver a situação, ou seja, se era à Escola ou à Câmara Municipal.-----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que deviam dirigir-se à Escola, que depois comunicava essa necessidade à Autarquia. -----





--- Tomou de novo a palavra a senhora Vereadora Sónia Sanfona, para questionar se o Centro de Saúde ia continuar a funcionar como até ali, em paralelo com o processo de vacinação a decorrer no mesmo local, ao que o senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu positivamente e que tinha sido organizado o espaço e os circuitos, nomeadamente, a sala onde as pessoas aguardavam após a toma da vacina. -----

Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

Ponto 01 – Ata para apreciação e votação.-----

Proposta de Ata n.º 01/2021 - Reunião realizada no dia 20/01/2021.-----

Município de Alpiarça.-----

Para Deliberação:-----

--- A senhora Vereadora Sónia Sanfona fez algumas propostas de alteração.-----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez também uma proposta de alteração.-----

--- De seguida o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou a Ata à votação, com as propostas de alteração, que foi aprovada por unanimidade.-----

Ponto 02 – Proposta -Pedido de Libertação de Garantia Bancária.-----

Requerente: João Manuel Castelão Fontes Cruz Ferreira.-----

Município de Alpiarça.-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta.-----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra à senhora Eng.ª Carla Cunha, que explicou que o Supermercado “Modelo” tinha sido construído numa área abrangida por uma operação de loteamento, pelo que tinha havido necessidade de executar obras de urbanização, sendo que as obras estavam concluídas, mas na primeira receção provisória tinha-se constatado





que nos espaços do jardim o sistema de rega não estava a funcionar devidamente, pelo que não se tinha procedido à libertação da garantia bancária na totalidade, tendo sido apenas libertado 80% desse valor, ficando os restantes 10% a aguardar a execução das correções necessárias, que tinham sido entretanto realizadas, pelo que era agora possível libertar os 10% do valor da garantia inicial, ficando os 10% finais para libertar aquando da receção definitiva. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Ponto 03 – Proposta – Pedido de certidão de Compropriedade – Ratificação do Despacho do Presidente da Câmara de 18 de Dezembro de 2020.-----

Requerentes: Isabel Clara Eugénia Sampaio e Melo Beirão Mascarenhas e outros. -----
Município de Alpiarça. -----

Para Ratificação: -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra à Eng.ª Carla Cunha, que referiu que o pedido ia no sentido de ser emitida uma certidão em como não havia nada a opor à compropriedade, porque apenas pretendiam que o mesmo passasse para o nome dos herdeiros, em regime de compropriedade, não havendo intenção de fazer divisão física do prédio.-----

--- Interveio o senhor Vereador António Moreira para referir que se tratava duma proposta para ratificação, sendo que o despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal era de 18 de dezembro e já tinha sido ali explicado porque é que não tinha ido à reunião antes, mas de toda a maneira não via no pedido da requerente que a mesma já tivesse a escritura marcada, por isso não compreendia a urgência no despacho.-----

--- A senhora Eng.ª Carla Cunha explicou que a requerente não oficializou por escrito, mas telefonou a pedir urgência. -----

--- Tomou de novo a palavra o senhor Vereador António Moreira, para frisar que a situação era complexa e, no seu entender, o pedido da pessoa deveria dizer que agradecia que fosse resolvido o problema até um certo dia, considerando que tinha escritura marcada, pois essa seria a maneira normal de proceder. -----



--- O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que podia não ter passado a certidão e a requerente não fazia a escritura, mas julgava que a vida às vezes era mais complexa do que os regulamentos e por isso, procurava sempre encontrar as melhores soluções e não prejudicar as pessoas, sendo que a questão da ratificação devia ser evitada, porque os assuntos deveriam ir para decisão do executivo, mas ainda assim a própria figura estava prevista para situações que implicavam alguma urgência, devendo depois ser presentes à reunião imediatamente a seguir, o que ali de facto tinha falhado, mas o que podia acontecer era a Câmara Municipal não ratificar e o Presidente da Câmara ficar numa situação mais difícil, da qual depois teria que sair. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Ponto 04 – Proposta – Aprovação da Conta Final da Empreitada de “Reabilitação e Adaptação do Mercado Municipal”. -----

Município de Alpiarça. -----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta: -----

--- A senhora Eng.ª Carla Cunha explicou que a primeira fase da empreitada de reabilitação do Mercado estava concluída, tendo sido feito um auto de receção provisória, a revisão de preços e o cálculo do valor final da empreitada que tinha sido apresentado ao empreiteiro, que concordou com o mesmo e, por isso, o valor da conta final devia ir à aprovação do órgão executivo, para depois ser elaborado o relatório final da empreitada. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Vereador António Moreira, que disse não compreender como é que o valor base da obra era de 387.964,94 euros, tinha sido apresentada uma proposta de 385.302,00 euros, e entretanto aparecia o valor extra de 38.295,00 euros. Por outro lado, aparecia o total de revisão de 15.335,00 euros e o total de trabalho complementares e era isso que não percebia bem, ou seja, o que é que era o valor de 38.295,00 euros. -----

--- A senhora Eng.ª Carla Cunha explicou que tinha havido a necessidade de se executarem trabalhos que não estavam previstos no contrato, ou seja, trabalhos complementares que tinham sido efetivamente executados e não estavam previstos. Em relação à revisão de preços, explicou



que a legislação previa que todas as empreitadas públicas tivessem direito a tal cálculo, que ali correspondia ao valor dos 15.335,58 euros, ou seja, ao custo da empreitada tinha sido subtraído o valor dos trabalhos que não tinham sido realizados e adicionado o valor dos trabalhos complementares, bem como o valor da revisão de preços a que o empreiteiro tinha direito, e por isso o valor final da empreitada era de 465.270,38 euros já com o IVA. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona, para recordar que em reuniões passadas já tinham não só constatado e aprovado as alterações com os trabalhos não realizados, portanto com trabalhos a menos, bem como constatado que havia trabalhos a mais, que naquele caso era necessário fazer e por isso, na sua interpretação tais questões não eram novas, apesar de naturalmente poderem ali discutir que tipo de trabalhos é que tinham sido feitos a mais, que deveriam estar previstos e não estavam, bem como o mérito do próprio projeto e das situações que se vieram a verificar que estavam em falta. Referiu-se ainda à fiscalização do Município relativamente à obra, questionando se todas as circunstâncias que tinham sido constatadas, relativamente a situações que não estavam resolvidas ou criavam algum problema, tinham sido resolvidas pela empresa ou permaneciam ainda por resolver. -----

--- A senhora Eng.ª Carla Cunha esclareceu que tinham sido todas corrigidas e por isso mesmo tinha sido feito o auto de receção provisória sem reparos. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por maioria com duas abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista. -----

Ponto 05 – Proposta de Adenda ao Protocolo de Cooperação entre o Município de Alpiarça e a Freguesia de Alpiarça. -----

Município de Alpiarça. -----

Para Ratificação. -----

--- O senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao senhor Vereador João Arraiolos, que explicou que tinha sido solicitada pela CPCJ a disponibilização de mais tempo de apoio administrativo, por parte da funcionária da Junta de Freguesia, e como havia disponibilidade para ser prestado mais apoio administrativo do que o que estava previsto, tinham chegado ao acordo de aumentar a





verba em correspondência ao aumento do apoio administrativo em causa, passando o valor de 250€ para 350€ mensais. -----

--- O senhor Vereador António Moreira tomou a palavra para salientar que na cláusula 9, que se referia à questão dos prazos do protocolo, se dizia que o protocolo se iniciava na data da sua assinatura e tinha a duração de um ano, mas o protocolo não tinha data. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona, começando por dizer que via com alguma preocupação, não a celebração do protocolo e da resolução daquela situação que lhe parecia natural, mas sim o aumento da atividade da própria CPCJ e como naquele momento em concreto, não tinha nenhuma informação específica, não conhecia o teor do relatório anual da CPCJ, pessoalmente era levada a pensar que a atividade estava a aumentar, porque estava a ser cada vez mais necessária a intervenção da CPCJ, relativamente a situações em concreto que ocorriam no concelho. Disse que julgava que as situações de carência que se tinham vindo a agravar, não só no Município de Alpiarça, iam continuar a agravar-se como consequência da crise económica que se vivia e, por isso, a situação levantava-lhe algumas preocupações pelo que queria saber se era possível ser disponibilizado algum relatório, que permitisse fazer uma avaliação relativamente ao incremento de atividade e à situação social das crianças e jovens no Concelho. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu o compromisso de abordar a CPCJ relativamente a tal solicitação, mas lembrou que a CPCJ tinha autonomia e que o enquadramento legal era muito restritivo, sobretudo no relacionamento com entidades, sendo que nem sempre tinha havido uma grande abertura para a abordagem mais alargada do funcionamento da Comissão. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos esclareceu que o relatório da CPCJ era enviado para Assembleia Municipal para apreciação e não para a Câmara Municipal, cujo papel tinha apenas a ver com o que estava acordado com Comissão Nacional da Proteção de Crianças e Jovens, e que essencialmente era a disponibilização dos meios e o acompanhamento do funcionamento da CPCJ, garantindo que a mesma pudesse funcionar com a maior independência possível. Esclareceu, ainda, que o pedido da CPCJ não tinha a ver com o aumento de casos, mas com uma maior exigência em termos administrativos de preenchimento de relatórios. -----





--- O senhor Presidente da Câmara Municipal colocou a proposta à votação, tendo sido ratificada por unanimidade. -----

Ponto 06 – Proposta – Aceitação de Donativos em Géneros – Ratificação do Despacho do Vereador João Pedro Arraiolos de 18/01/2021. -----

Município de Alpiarça. -----

Para Ratificação.-----

--- Interveio o senhor Vereador João Arraiolos, dizendo que a situação tinha a ver com a aceitação dum pedido de caixas de cartão à empresa Monliz, para o acondicionamento dos bens alimentares na distribuição que era feita em cabazes, sendo que a empresa na sua contabilidade necessitava dum documento que quantificasse o apoio e, por isso, sendo competência da Câmara Municipal a aceitação de donativos, apresentava-se a a proposta para ratificação.-----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal colocou a proposta à votação, tendo sido ratificada por unanimidade. -----

Ponto 07 – Proposta de Reativação das Medidas de Apoio Implementadas no Contexto da Pandemia da COVID-19 – Ratificação do Voto favorável do Presidente da Câmara Municipal na reunião da Comissão de Parceria do dia 9 de Fevereiro de 2021. Águas do Ribatejo. -----

Município de Alpiarça. -----

Para Ratificação:-----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para explicar que, à semelhança do que tinha acontecido durante o período de confinamento registado em 2020, agora também as Águas do Ribatejo através da sua Comissão de Parceria vinha propor a alteração do tarifário, no sentido de voltar a instituir um conjunto de isenções de acordo com aquilo que eram os rendimentos das famílias, dos utentes, dos consumidores, remetendo para a prova de perda de rendimentos por parte dos titulares dos contadores a possibilidade de auferirem essas vantagens da isenção. -----





--- Foi dada a palavra à senhora Vereadora Sónia Sanfona que salientou não ter nada a opor, pois até já tinham votado favoravelmente na primeira vez que tais propostas tinham sido apresentadas e até compreendia que as mesmas fossem para ratificação, porque eram questões que deviam ser resolvidas com alguma unanimidade pelos Presidentes de Câmara. Frisou que tais medidas eram importantíssimas e como tal, devia salientar ali mais uma vez o sinal positivo da atitude quer da Empresa Intermunicipal, quer das próprias Câmaras Municipais, no sentido de serem também um veículo para ajudar as empresas e os cidadãos numa altura crítica, nomeadamente em relação ao consumo de um bem essencial. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal colocou a proposta à votação, tendo sido ratificada por unanimidade. -----

Ponto 08 – Proposta de Isenção do Pagamento de Rendas. -----

Município de Alpiarça. -----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta: -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que, na sequência do que acontecia desde Março de 2020, aquela proposta previa a isenção do pagamento das rendas mensais das habitações propriedade do Município situadas no Concelho de Alpiarça, dependente da comprovação da quebra de rendimentos, cuja avaliação seria feita pelos serviços do Município, bem como a isenção do pagamento das rendas mensais dos espaços comerciais, propriedade do Município, situadas na área territorial do Concelho de Alpiarça e ainda a isenção do pagamento das rendas mensais dos espaços concessionados pelo Município, também situados no Concelho. ---

--- O senhor Vereador António Moreira solicitou, caso fosse possível, que informassem qual o valor global que o Município não tinha arrecadado até àquele momento, pela aplicação de tais isenções.

--- O senhor Vereador João Arraiolos informou que os valores sem IVA, relativamente aos nove meses do ano de 2020, rondavam os 39.000,00/40.000,00€, e que em relação às tais medidas em concreto, referiu que todos os meses tinham que ser fornecidas as despesas relacionadas com o COVID, que eram despesas consideradas extraordinárias e que incluíam também as despesas com o pessoal que estava afeto a toda aquela atividade e que ao fim ao cabo deixava de desempenhar





outras funções, que seriam competência do Município. Disse que no ano de 2020 a aquisição de bens e serviços rondava os 72.000,00€, como custos diretos e os custos com o pessoal tinham sido na ordem dos 65.000,00 €, o que daria um total de cerca de 137.000,00€ de custos, a que acresciam os 39.000,00 € que tinham deixado de receber, pelo que o impacto nas contas do Município era na ordem dos 176.000,00€ no ano de 2020.-----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE -----

--- Não houve intervenções do público. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Presidente, eram dezanove horas e vinte e um minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data.-----

--- E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara Municipal

Mário Fernando A. Pereira

O Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação

Celestino Tomás Pereira Brasileiro

